Acordos mais rápidos depois da moratória

A Argentina espera para breve a liberação de US$ 2,15 bilhões de dinheiro novo pelo bancos credores, enquanto sete países europeus resolveram conceder-lhe um empréstimo ponte de US$ 500 milhões. Se o dinheiro novo não sair, "haverá problemas", advertiu o ministro da Fazenda argentino. Após a declaração da moratória pelo Brasil no dia 19 do mês passado, intensificaram as negociações entre credores e devedores da América Latina. Já houve acordos com a Venezuela e o Chile.

Mario Brodersohn, ministro da Fazenda da Argentina, e o deputado Raul Baglini, da União Cívica Radical, chegaram sábado de Nova York convictos de que haverá uma "pronta resposta" dos bancos credores ao pedido de novos empréstimos de US$ 2,15 bilhões. O dinheiro será aplicado "no crescimento econômico, em investimentos produtivos e no pagamento de juros", informou o ministro. Disse que a Argentina precisa desse dinheiro "como também de uma substancial redução nas taxas de juros". Brodersohn observou que os delegados argentinos manifestaram em Nova York que "não queremos perder tempo nestas discussões. Queremos um acordo rápido e sério. Não estamos dispostos a fazer viagens técnicas de negociação, que são lentas, amplas e enroladas". A Argentina seguiria o exemplo do Brasil? "Eu não colocaria nesses termos tão dramáticos."

Segundo o deputado Baglini, "necessitamos dos US$ 2,15 bilhões para garantir o crescimento econômico de 4% que prometemos. Não existe motivo para a reticência dos bancos. O FMI, o Bird e o Tesouro norte-americano já nos apoiaram. Os bancos são a parte mais comprometida de cada dívida, e devem entender que resolvê-la implica um sacrifício de cada parte. Nós fizemos o que nos correspondia e agora falta a parte deles". A dívida argentina é de US$ 52 bilhões.

ACORDOS

Em **Nova York**, meios financeiros consideraram ontem os acordos obtidos na semana passada para o refinanciamento da dívida externa da Venezuela e do Chile uma prova da "viabilidade" das negociações, contrastando com a atitude do Brasil de suspender o pagamento dos juros. As mesmas fontes reconheceram que a "rapidez" dos acordos com o Chile e a Venezuela deveu-se à declaração da moratória pelo Brasil. O Chile vinha negociando desde setembro de 1986 e a Venezuela há um ano. O comitê de bancos da dívida chilena aceitou na última quinta-feira refinanciar pagamentos do país no total de US$ 10,60 bilhões, incluindo US$ 1,50 bilhão deixados de lado em negociações anteriores, e US$ 1,70 bilhão de empréstimos concedidos nos últimos três anos.

O Chile economizará mais de US$ 500 milhões graças à reprogramação de pagamentos e à redução da taxa de risco (**spread**), fixadas em 1% sobre a **Libor** para a dívida antiga (Us$ 8,90 bilhões) e 1 e 1/8 para os últimos US$ 1,70 bilhão. Fontes financeiras consideraram significativo que a cerrada posição do maior banco norte-americanoo, o Citibank, ao qual o Chile fazia somente um pagamento anual de juros, foi abandonada após a moratória brasileira.

O acordo com a Venezuela foi anunciado 24 horas depois do do Chile. Trata-se do refinanciamento de Us$ 20,34 bilhões a um novo prazo de 14 anos e uma taxa de juros de 7/8% sobre a **Libor**.Isto representa um ano e meio a mais, e um quarto de ponto menos nos **spreads**. A nova taxa de risco concedida à Venezuela é 1/16 acima da obtida pelo México em outubro último. A taxa cobrada representará uma economia para a Venezuela de Us$ 50 milhões no primeiro ano do acordo e valores gradualmente decrecentes nos anos seguintes. A oposição criticou o acordo.

ALADI

Durante quatro dias, a partir de 11 deste mês, chanceleres dos 11 países-membros da Aladi (Associação Latino-americana de Integração) estarão discutindo a negociação da dívida externa em Montevidéu. São: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

BANCOS

O ex-superministro da Economia e Finanças da Alemanha, Karl Schiller, disse em **Hamburgo** que a suspensão do pagamento dos juros da dívida por alguns países latino-americanos não abalará o sistema bancário alemão ou norte-americano. Lembrou que se continua concedendo dinheiro novo.

PERU

Em **Madri**, o primeiro-ministro do Peru, Luiz Alva Castro, propôs uma reunião de cúpula dos ministros da Economia dos países da AL, que "não pode dar-se ao luxo de ser exportadora líquida de capitais". Disse que a América Latina vive uma "economia de penúria".

Júlio Fernandes

Brodersohn: dinheiro novo